

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 510.119 - BA (2019/0137264-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
AGRAVANTE : LUCAS FREITAS DA SILVA (PRESO)
AGRAVANTE : MIGUEL FABIO BISPO DE JESUS (PRESO)
AGRAVANTE : WISLEY COSTA SOARES (PRESO)
ADVOGADOS : JÚLIO CÉSAR CERDEIRA FERREIRA E OUTRO(S) -
BA051923
EDER RICARDO FIOR - DF055579
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. INDEFERIMENTO LIMINAR DO *WRIT*. PRISÃO TEMPORÁRIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. IMPRESCINDIBILIDADE DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Apresentada fundamentação idônea para a decretação da prisão temporária, haja vista a referência à prática de crime citado no art. 1º, III, a, da Lei 7.960/89, e ao inciso I, do mesmo dispositivo legal, sendo ressaltado que ainda existem provas a serem produzidas, bem como o fato de ser *imprescindível para que novos depoimentos venham aos autos, visto que, em liberdade, o temor de testemunhas é evidente (...um dos suspeitos é policial militar na ativa..)*, assim, *óbvio que como está, há efetivo prejuízo ao andamento das investigações criminais, do próprio inquérito policial e de seu resultado prático*, não há que falar em ilegalidade do decreto.

2. Não havendo ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula 691 do STF, o *writ* deve ser indeferido liminarmente.

3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Presidente e Relator

